



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA.
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE.
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE.
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.**

CRISTIANE BRASILINO SOARES BARROS

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA
LOGOTERAPIA: REFLETINDO POSSIBILIDADES E LIMITES**

CAMPINA GRANDE – PB.

2014

CRISTIANE BRASILINO SOARES BARROS

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA
LOGOTERAPIA: REFLETINDO POSSIBILIDADES E LIMITES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Marinalva da Silva Mota.

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B277e Barros, Cristiane Brasilino Soares.
Educação inclusiva na perspectiva da Logoterapia [manuscrito] :
refletindo possibilidades e limites / Cristiane Brasilino Soares Barros.
- 2014.
29 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da
Saúde, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Marinalva da Silva Mota., Departamento
de Psicologia".

1. Pessoas portadoras de necessidades especiais. 2.
Educação inclusiva. 3. Logoterapia. I. Título.

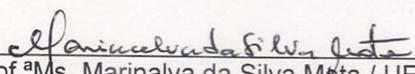
21. ed. CDD 616.891

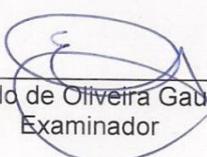
CRISTIANE BRASILINO SOARES BARROS

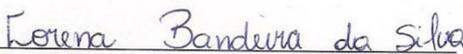
**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA
LOGOTERAPIA: REFLETINDO POSSIBILIDADES E
LIMITES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação de
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Aprovada em 28 / 02 / 2014.


Prof.^aMs. Marinalva da Silva Mota / UEPB
Orientadora


Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio / UEPB
Examinador


Prof.^a Lorena Bandeira da Silva / UEPB
Examinadora

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA LOGOTERAPIA: REFLETINDO POSSIBILIDADES E LIMITES

BARROS, Cristiane Brasilino Soares.¹

RESUMO

Com o objetivo de refletir o processo de educação inclusiva de pessoas com deficiência, foi realizada uma pesquisa qualitativa na APAE Campina Grande, PB. Para desenvolver a proposta de trabalho, foram aplicados questionários a uma psicóloga da referida instituição, cinco professores e sete famílias (mães e/ou responsáveis). A pesquisa teve como base teórica conceitos da Logoterapia e Análise Existencial como a liberdade, a responsabilidade e a autonomia das pessoas com deficiência, além da crença quanto a possibilidade da inclusão e as expectativas que os profissionais e pais têm em relação aos alunos/as e filhos/as. Com base nos resultados obtidos, observa-se que a percepção e expectativas dos sujeitos pesquisados são, em geral, positivas, apesar de poderem ser identificados descrença e falta de esperança em algumas falas, em relação à inclusão e ao futuro das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. Logoterapia.

¹ Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
E-mail para contato: cristiane_brasilino@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades especiais, cada vez mais, faz parte do nosso dia a dia. Contudo, facilmente pode ser percebida a falta de conhecimento da população e de alguns profissionais sobre o desenvolvimento das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Estas pessoas demonstram, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de necessidade especial, requerendo, assim, recursos e atendimentos diferenciados para que possam desenvolver seus potenciais e superar ou minimizar suas dificuldades.

No processo de inclusão, a pessoa com necessidades especiais deve ser vista na sua dimensão humana, como pessoa com possibilidades e etapas a vencer. Portanto, a educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades especiais.

No entanto, muito se tem discutido sobre as dificuldades de uma educação que realmente promova a inclusão de todos os indivíduos, sem exceção. Sabe-se que diversos fatores contribuem para que a sociedade continue excludente, entre estes fatores podemos citar os de ordem política, econômica, pedagógica e principalmente a conscientização de que todos os seres humanos são iguais em suas diferenças. Para isto é necessário aceitar a diversidade humana, acreditando que as potencialidades e qualidades de cada um poderão ser desenvolvidas a partir do encontro verdadeiro com o outro.

Considerando a importância da inclusão e a necessidade de ampliar as possibilidades de efetivação da mesma, este trabalho buscou compreender o processo de educação inclusiva de pessoas com deficiência que frequentam a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE – Campina Grande, PB). Para isso foi feita uma pesquisa qualitativa descritiva, com profissionais e famílias de aluno/as da referida instituição, tendo como base teórica conceitos da Logoterapia e Análise Existencial como liberdade, responsabilidade, valores e autonomia.

Nessa perspectiva, o presente estudo refletiu sobre a educação inclusiva a partir da proposta de educação de Viktor Emil Frankl e seus seguidores, que se utilizando da Logoterapia e Análise Existencial apresentam ideias que não se limitam à Psicologia, mas abrangem todas as áreas da atividade humana, inclusive a educação.

A Logoterapia resgata o que é especificamente humano na pessoa, sobretudo aquelas com “necessidades educacionais especiais”, tratadas muitas vezes com preconceito e descrença.

Assim, este artigo apresenta os resultados da referida pesquisa com a finalidade de contribuir com uma visão de ser humano, do ponto de vista da Logoterapia e Análise existencial, que reflita as possibilidades de superação dos limites em direção à autonomia e a autotranscendência do ser para além de si, aberto para encontrar sentido em qualquer situação e realizar valores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão

Segundo Góes e Laplane (2007), a compreensão da ideia de inclusão e das formas que as políticas inclusivas assumem está estreitamente relacionada ao modo como se caracteriza a dinâmica social. Para as autoras, uma das ideias que contribuem para delimitar o conceito de inclusão é a de que todas as pessoas têm direito à plena participação social. Nesse cenário, a discussão sobre a inclusão de alunos especiais na escola regular assume um caráter peculiar: por um lado, o sistema escolar alinha-se com a legislação internacional e com as posturas mais avançadas em relação aos direitos sociais, mas, por outro, sua ação é limitada no sentido de viabilizar concretamente políticas inclusivas.

“As dificuldades e os desafios postos pela inclusão escolar são das mais variadas ordens e estão ligados à organização da nossa sociedade, aos valores que nela prevalecem, às prioridades definidas pelas políticas públicas, aos meios efetivamente disponibilizados para implementação dessas políticas, aos fatores relacionados à formação dos docentes, às questões de infraestrutura e aos problemas vinculados à especificidade das diferentes condições que afetam o desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam deficiências ou outras características que os introduzem na categoria de alunos especiais.” [GÓES E LAPLANE, 2007, p. 2].

De acordo com Ferreira e Ferreira (2007), nos últimos anos tem ocorrido nítida ampliação das referências aos alunos com deficiência, ou com necessidades educacionais especiais, nos registros legais e nos textos de políticas públicas do Brasil. A Constituição de 1988 incorporou vários dispositivos referentes aos direitos da pessoa com deficiência, nos âmbitos da saúde, educação, trabalho e assistência. Em relação ao campo educacional especificamente, registrou-se o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros, entre eles, os indicados como portadores de deficiência, que devem frequentar de preferência a rede regular de ensino.

Em 1989, a lei n. 7.853 reafirmou a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e definiu como crime o ato de “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta” (lei n. 7.853, 1989).

Seguindo essa mesma linha, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, determina a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais nas classes comuns, sempre que possível. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB):

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

(...)

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

(...)

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Ferreira e Ferreira (2007) destacam ainda que a referência ao papel central da escola comum ainda foi reforçada no contexto das reformas relacionadas à educação básica, quando foram publicadas as diretrizes para a educação especial em âmbito nacional. De acordo com as resoluções mais recentes, o atendimento aos alunos com necessidades especiais “deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica” (BRASIL, 2001), e que as escolas podem criar “extraordinariamente”, classes especiais, com organização fundamentada nas diretrizes curriculares para a educação básica.

2.2 O processo de inclusão na escola

Para Fernandes (2001), no centro das mudanças que caracterizam a nova era, a única certeza é que a educação não se esgota mais no ciclo de estudo tradicional das escolas, ela passa a fazer parte integrante do patrimônio individual por meio do desenvolvimento do indivíduo durante toda sua vida. Para esse autor, o papel do sistema educacional é, portanto, criar acessos, contribuir no processo de independência dos estudantes, maximizando seu censo crítico construtivo e a energia criativa necessária para desafiar o estabelecido.

Ao transmitir a cultura e, conseqüentemente os modelos sociais de comportamentos e valores, a escola propicia a educação, na medida em que aumenta a autonomia e a sociabilidade. Porém, um dos grandes problemas da escola são os programas universais e padronizados, que priorizam o discurso da

busca pela igualdade, mas o que muitas vezes faz é ressaltar as diferenças, criando divisões e formas de exclusão na escola.

Para Mittler (2003), inclusão não diz respeito a apenas colocar as crianças nas escolas regulares, mas a preparar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, ao mesmo tempo em que diz respeito a ajudar os educadores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças, inclusive aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

Uma educação inclusiva deve levar em consideração a diversidade, ou seja, deve contemplar as diferenças individuais e oferecer experiências de aprendizagem conforme as habilidades, interesses e potencialidades dos alunos. A inclusão, nesse sentido, depende não apenas de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de perceber e ministrar uma educação plural e que respeite as características próprias de cada aluno como ser único e irrepetível.

2.3 A educação e o processo de inclusão no Brasil

De acordo com Souza (2001), a educação é o principal alicerce da vida social, ao transmitir e ampliar a cultura, ela estende a cidadania e constrói saberes. Mais do que isso, a educação é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote como compromisso a solidariedade e a emancipação. Portanto, a educação é vista como uma função social transformadora que deve envolver todas as pessoas de acordo com a perspectiva da universalização do ensino.

Mantoan (2006) destaca que os caminhos percorridos até então para que a escola brasileira acolha a todos os alunos, indistintamente, têm se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador do nosso ensino em todos os seus níveis. Assim, para esta autora, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes:

A escola comum e a especial têm resistido às mudanças exigidas por uma abertura incondicional às diferenças, porque as situações que promovem esse desafio e mobilizam os educadores a reverem e a recriarem suas práticas e a entenderem as novas possibilidades educativas trazidas pela inclusão estão sendo constantemente neutralizadas por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios (reforço, aceleração, entre outros). Essa falsa saída tem permitido às escolas comuns e especiais escaparem pela tangente e se livrarem do enfrentamento necessário com sua organização pedagógica excludente e ultrapassada. [MANTOAN, 2006, p. 12].

Assim, para que a inclusão de fato ocorra ao menos no campo da educação, será necessário um processo de reforma e reestruturação das escolas e dos educadores como um todo para que os alunos possam ter acesso às oportunidades educacionais e sociais oferecidas inicialmente pelas escolas, o que é confirmado nas ideias de Dutra e Griboski (2006, p. 17):

A inclusão expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social que pressupõe o acesso pleno e a participação de todos nas diferentes esferas da estrutura social, a garantia de liberdades e direitos iguais e o estabelecimento de princípios de equidade. Essa concepção situa-se na perspectiva de uma sociedade democrática e na compreensão do caráter social das relações, considerando a capacidade humana de desenvolver valores de dignidade e cidadania, de respeitar esses pressupostos e de modificá-los na construção do processo social.

Nesse sentido, Souza (2001) acrescenta que a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas, visto que em vez de se pensar no aluno como origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões, coloca-se para os sistemas de ensino e as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender à diversidade dos alunos.

Para Dutra e Griboski (2006), abordar a educação contextualizada na visão de sociedade e humanidade, como expressão plural da diversidade, exige compreender o significado da política como ação coletiva de transformação para a valorização das diferenças e reconhecimento dos sujeitos. Esse processo de mudança da gestão e da prática pedagógica deve ser feito de forma integrada em

nível de governo, articulado sempre com a comunidade escolar, as entidades de pessoas com deficiência, as instituições de ensino e pesquisa, os meios de comunicação, as organizações não governamentais, bem como outros segmentos da sociedade que devem interagir nesse processo.

Em relação à interação entre os alunos em contexto de inclusão, Bloom e Perlmutter (1999, apud Figueiredo *et al*, 2010) alertam que problemas relacionados a comportamentos devem ser abordados como problemas pertencentes a toda a classe e não apenas ao professor. Os autores ressaltam a importância de se construir um ambiente interativo entre as crianças, contrapondo-se a punição e repreensão. Os autores ressaltam também a crença no sucesso do trabalho para que o processo de inclusão aconteça, enfatizando que essa crença está diretamente ligada a capacidade de acreditar em si mesmo e manter a autoestima de todos os alunos, sobretudo os ditos com necessidades especiais.

2.4 Origem e conceitos da Logoterapia e Análise Existencial

A Logoterapia e Análise Existencial consiste em um enfoque clínico que vê o homem como um ser biopsicossocial e espiritual, sendo esta última a dimensão especificamente humana. Ela é considerada a 3ª escola vienense de Psicoterapia e foi criada pelo psicoterapeuta, médico psiquiatra, neurologista e filósofo, Dr. Viktor Emil Frankl, que deixou muitas obras que apresentam sua visão de psicoterapia situada dentro da psicologia humanista.

Para Frankl, a vida sempre tem sentido, sendo necessário apenas que a pessoa “o descubra”. Assim, a Logoterapia alerta para a necessidade de trazer à consciência o sentido e os valores.

A Análise Existencial corresponde a uma visão de mundo que complementa a Logoterapia enquanto prática psicoterápica. Sendo assim, Frankl propôs a superação do reducionismo e dos condicionamentos, contribuindo com uma visão do ser humano mais completo, ou seja, um ser livre e responsável, que constrói a sua história e se posiciona diante dos condicionamentos biológicos, psicológicos e sociológicos.

Essa proposta não se limita à Psicologia, mas abrange todas as áreas da atividade humana e busca resgatar aquilo que é especificamente humano na

pessoa, a saber: sua liberdade para além das circunstâncias, sua responsabilidade perante algo ou alguém e a autotranscendência como ser dirigido para além de si, aberto para encontrar sentido em qualquer situação e realizar valores.

A Logoterapia apresenta alguns conceitos básicos que demonstram sua visão de homem. Entre esses conceitos destacam-se o sentido da vida, a vontade de sentido, a tríade trágica, as categorias de valores, a dimensão noética, o vazio existencial e, ainda, os conceitos de liberdade e responsabilidade.

Segundo Frankl (1991), o sentido da vida difere de pessoa para pessoa, de acordo com a situação vivenciada, desafios e problemas que lhe são apresentados. Assim, o sentido da vida corresponde ao sentido específico da vida de uma pessoa em dado momento.

De acordo com Frankl (1996), a falta de sentido para a vida poderia desencadear sintomas como ansiedade, depressão, falta de esperança e declínio físico.

Tendo o sentido da vida como conceito base, a teoria motivacional de Frankl (1991) considera a vontade de sentido como a motivação humana primária. Sendo assim, para a Logoterapia e Análise Existencial, o ser humano possui uma vontade de encontrar sentido no mundo objetivo, interpretando a sua existência em um contexto de sentido. Esse contexto de busca pelo sentido ultrapassa o contexto de busca de poder ou de prazer, conforme haviam destacado os fundadores da Psicanálise, Sigmund Freud, e da Psicologia Individual, Alfred Adler.

Na tese do “Otimismo Trágico”, Frankl (1973) defendeu que a superação é uma escolha humana, apesar da tríade trágica, que corresponde aos três males que afetam e tocam todos os seres humanos, a saber, o Sofrimento, a Culpa e a Morte. Todos os homens devem enfrentar esta Tríade Trágica para que possa haver o crescimento nos valores de atitude. E a maneira de enfrentar a Tríade Trágica é perceber o Otimismo Trágico, como possibilidade de responder às questões da vida de modo positivo e responsável, através do enfrentamento do destino, do ato de criar ou realizar algo ou do amor dedicado a alguém.

Na Logoterapia, os valores pessoais encontram-se denominados em três categorias: os valores criativos, os valores vivenciais e os valores atitudinais.

Os valores criativos correspondem à forma como a pessoa atua e preenche o ambiente em que se acha inserida. Esse valor ultrapassa seu trabalho e suas

obrigações, fazendo com que a pessoa revele-se através do caráter de missão e criação.

Os valores vivenciais são aqueles que se realizam na experiência vital, fazendo com que um simples momento possa dar sentido à vida inteira. São valores que ajudam a pessoa a se relacionar com a natureza, com as outras pessoas e com Deus.

Quanto aos valores atitudinais consistem na posição do homem diante de sofrimentos inevitáveis, ou seja, sua forma de lidar com o destino e com a tríade trágica.

A dimensão noética, também chamada dimensão espiritual, corresponde à dimensão especificamente humana, distinguindo o ser humano do animal. Assim, a dimensão noética mostra-se, essencialmente, como a dimensão da vivência da liberdade e da responsabilidade.

É importante destacar que em suas obras, Frankl diferenciou a dimensão noética ou espiritual da experiência religiosa, que é considerada como uma dentre outras manifestações da dimensão noética.

Já o sentimento de vazio existencial corresponde à ausência de sentido, o que gera uma sensação de falta e incompletude de sentido para a vida e a existência humana. Ele caracteriza-se por um estado de tédio, desânimo e dificuldade em pensar o futuro, o que afeta diretamente a forma da pessoa se ver e estar no mundo.

Para a Logoterapia, a responsabilidade é a essência propriamente dita da existência humana, além disso, o homem é um ser livre a cada momento que decide e escolhe entre um leque de possibilidades. Assim, sendo um ser consciente e livre, o homem é também um ser responsável.

2.5 Logoterapia e Educação

Segundo Damásio, Silva e Aquino (2010), na linha teórica defendida por Frankl, o homem é um ser incompleto, transitório, que está em constante busca, de modo que pode se educar, ou seja, aprender. Sendo assim, Frankl idealiza uma educação que liberte o ser humano dos condicionamentos de seu passado. Concebendo o homem como um ser finito pelo tempo e limitado pela vida, porém infinito se tornar reais as possibilidades presentes.

Rodrigues (2003) afirma que a visão logoterapêutica de homem esclarece que o sujeito que aprende busca o sentido a partir dos conteúdos aprendidos. A autora acrescenta ainda que, de acordo com a Logoterapia, os alunos são responsáveis por desenvolver um modelo de aprendizagem próprio, autêntico e insubstituível.

Para Frankl (1993), a responsabilidade está associada à educação como prática de liberdade, a qual promove a possibilidade de escolha que impulsiona a decisão e a ação. Assim, ele destaca que “de uma forma ou de outra, mais do que nunca, a educação é educação para a responsabilidade” (FRANKL, 1993, p. 70).

Segundo Lukas (1990), a responsabilidade trata-se de uma vinculação voluntária à consciência. Assim, ser responsável significa realizar o sentido de uma situação. Esse reconhecimento de sentido é o que permite fazer uso da liberdade, porém nem sempre isso acontece nas escolas, visto que professores e alunos geralmente precisam se adaptar a padrões pré-estabelecidos da escola tradicional, não tendo a liberdade para se colocarem e agirem conforme a vontade própria.

De acordo com a Logoterapia proposta por Frankl, pode-se deduzir que a massificação corresponde ao conformismo na cultura ocidental, o que significa fazer o que os outros fazem, ao mesmo tempo em que corresponde ao totalitarismo na cultura oriental, o que representa fazer o que os outros querem. Assim, o homem passa a agir de forma inautêntica, não sabendo o que fazer nem o que quer realmente. Isso favorece o vazio existencial, que corresponde ao sentimento de tédio e incompletude tido como um dos conceitos fundamentais da Logoterapia.

A Logoterapia também trata da educação ao propor uma escola psicoterápica que pretende superar o reducionismo e condicionamentos, contribuindo com uma visão de homem mais completa, ou seja, a visão de um ser livre e responsável, que constrói a sua história e se posiciona diante dos condicionamentos biológicos, psicológicos e sociológicos. Assim, pode-se afirmar que a Logoterapia e Análise Existencial consiste em uma teoria otimista e humanizadora.

Lukas (1992) destaca ainda que o meio educativo não constitui o ambiente inteiro da pessoa, já que a ele associam-se várias outras influências por parte da escola, das pessoas da mesma idade e de outros aspectos. Sendo assim, a educação entraria com uma parcela de um terço na “culpa” ou no “mérito” do desenvolvimento da pessoa. Essa ideia precisa ser considerada na educação especial de forma que as pessoas sejam vistas a partir de um olhar mais abrangente

e não apenas sobre um aspecto específico/preconceituoso que a diferencia dos demais.

Retomando as ideias de Frankl (apud Damásio, Cavalcante e Aquino, 2010), vale destacar que para ele o ser humano é um ser inacabado, capaz de aprender com as experiências, transcendência e consciência. Sendo assim, Frankl valoriza o diálogo e o sentido existencial ao mesmo tempo em que defende o amor, a humildade e a capacidade criativa em todo ambiente, e em especial na escola.

Lukas (1992) afirma que os pais devem educar seus filhos não somente com amor, mas também para o amor, de forma que as crianças desenvolvam sua capacidade de amar desde cedo, o que será necessário ao longo de sua vida. Nesse sentido, a autora afirma que o amor é considerado o ponto de partida para toda a educação.

Para Eduard Spranger (apud Lukas, 1992), a diferença mais fundamental de concepção do mundo é a que existe entre o deixar-se-levar e o sentir-se-responsável. Nesse sentido, torna-se necessário que o jovem assuma a responsabilidade sobre seus atos, não bastando mostrar a ele até onde ele pode deixar-se levar sem causar danos, mas fazendo com que ele aprenda a dirigir-se de forma autônoma.

Para Frankl (apud Lukas, 1990), a educação visa uma mentalidade e ação que tenha sentido. A responsabilidade humana é sua essência e não pode ser eliminada totalmente por nenhum destino biológico, psicológico ou sociológico. Assim não se pode delegar a responsabilidade do ser humano para as influências educacionais de sua infância nem para as circunstâncias de seu destino. As condições e limites estão presentes, porém a liberdade espiritual permite ao ser humano tomar diferentes posicionamentos e decisões perante essas condições e com essa atitude optar por um “ser diferente”, ou seja, um ser autônomo.

Lukas (1992) afirma que as crianças e jovens moldam-se naquelas pessoas que elas vêm a tornar-se. Assim, os pais e educadores fornecem apenas os instrumentos para que isso ocorra e os genes fornecem a matéria-prima para a modelagem.

Para Viktor Frankl (apud Lukas, 1992), cada um de nós pode ser de uma maneira diferente a cada momento, um pouco mais perfeito, se se esforçar em vez de conformar-se com a maneira como é. Além disso, todos deviam evoluir para um estágio de amadurecimento onde o que decide sobre suas ações não é a reação

que esperam do ambiente (recompensa ou castigo), mas uma consciência autônoma que analisa as próprias ações sob o ponto de vista do sentido que elas possuem.

Segundo Fabry (1984), Frankl considera que a educação pode desempenhar um papel decisivo como guia de juventude em busca de sentido, despertando a habilidade de cada aluno para tomar decisões independentes e autênticas. Sendo assim, a tarefa da educação seria ajudar os alunos a descobrirem seus valores, o que só pode ser feito a partir do exemplo dado pelos professores, visto que os valores não podem ser ensinados, apenas vividos.

Nesse sentido, Rodrigues (2003) propõe que os educadores devem incentivar o processo educativo, apelando para as possibilidades transcendentais de cada aluno, sem perder o foco da dimensão de consciência ética e oportunizando que cada aluno assuma sua essência humana através de realizações criativas e valorativas.

2.6 A educação inclusiva com base na Logoterapia

Segundo Rodrigues (2003), a tarefa educativa consiste em ajudar a descobrir o que cada aluno tem de potencial com a intenção de favorecer o desenvolvimento de cada um. Dessa forma, com base na Logoterapia, sugere-se que os educadores em geral, sobretudo os professores e pais de alunos com necessidades educacionais especiais proporcionem a tomada de consciência em relação ao sentido de cada situação vivenciada.

Para isso é necessário que sejam estabelecidos os objetivos para aquilo que se quer alcançar, no caso os objetivos da educação, o que poderá acontecer a partir do aperfeiçoamento da consciência dos educadores e educandos como forma de superar problemas na pedagogia aplicada. Esse aperfeiçoamento exige um encontro profundamente humano, capaz de estabelecer um contato espiritual entre educador e educando antes de qualquer método pedagógico.

O processo de aperfeiçoamento da consciência e estabelecimento do encontro existencial deve ocorrer primeiramente a partir da confiança de que haverá possibilidades, ou seja, a ideia das realizações prévias sugeridas por Lukas (1990), onde será necessário haver dedicação, engajamento e confiança em algo. Essa ideia de realizações prévias consiste na crença em algo positivo que só acontecerá

futuramente, mas que precisa do investimento e iniciativas presentes para que de fato se revele.

Em seguida, o educador deve auxiliar o educando na percepção de configurações de sentido existentes. Nesse sentido, o professor deve aperfeiçoar a capacidade de percepção de possibilidades de sentido nos alunos. Demonstrando que se pode extrair um sentido de praticamente todas as situações da vida, desde que se esteja com os sentidos aguçados.

Por fim, cabe aproveitar o que foi percebido, concretizando a vontade de sentido tanto do educador como do educando. Assim, deve-se buscar o engajamento por algo e não a fuga de algo, visto que um dos fins da educação deve ser capacitar os jovens a tomarem decisões positivas, o que significa não apenas capacitá-los a reconhecer o certo, mas a querê-lo, respeitando suas características pessoais e potencialidades ao mesmo tempo em que passa a ter um olhar compreensivo sobre o outro.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva tendo como objetivo a interpretação do fenômeno da educação inclusiva e a atribuição de significados por parte dos sujeitos pesquisados.

A atividade de pesquisa ocorreu a partir do levantamento acerca da dinâmica de atividades desenvolvidas na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Campina Grande, PB.

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários (apêndices A, B e C) a uma amostra selecionada por viabilidade e disponibilidade dos informantes do turno da manhã da referida instituição, o que favoreceu a coleta de dados. A escolha do questionário como ferramenta de pesquisa se deu pela eficácia e eficiência que os questionários possuem, visto que estes são instrumentos que possibilitam um uso eficiente do tempo, além de manter o anonimato dos pesquisados e possuir perguntas padronizadas (CALEFFE e MOREIRA, 2008).

As respostas dadas aos questionários foram agrupadas, categorizadas e submetidas a uma análise qualitativa, o que proporcionou a discussão dos resultados obtidos.

- **Caracterização da instituição**

A instituição escolhida foi a APAE pelo fato dessa instituição ser considerada uma referência no atendimento sócio-psico-pedagógico, acompanhamento e educação de crianças e jovens com necessidades especiais na cidade de Campina Grande.

Na instituição existe a escola e os serviços clínicos de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e equoterapia, além do serviço social, informática e das oficinas de artesanato e arte culinária.

Alguns usuários frequentam apenas a escola, outros frequentam apenas a área clínica da instituição e outros frequentam ambos os serviços de acordo com as necessidades apresentadas.

- **Caracterização dos participantes da pesquisa**

Os sujeitos pesquisados foram selecionados por viabilidade e disponibilidade, tendo sido escolhido um turno específico para aplicação de questionários junto à psicóloga, aos professores e a algumas mães e/ou responsáveis que se dispuseram a participar da pesquisa.

A psicóloga atua na instituição há três anos e acompanha em média 75 pacientes fixos, com os quais desenvolve trabalhos individuais e grupais, além do acompanhamento das famílias e da assistência aos alunos das oficinas.

Entre as cinco professoras do turno pesquisado, todas são graduadas em Pedagogia e três delas têm pós-graduação em Psicopedagogia, uma em Educação inclusiva e a outra em Educação infantil. O tempo de experiência delas varia entre cinco e vinte anos, sendo em média seis anos atuando na instituição.

Já em relação às mães e responsáveis foram aplicados sete questionários, onde seis são mães de pacientes e uma é tia. A idade dessas informantes varia entre 35 e 67 anos. Quanto à profissão, três mães são donas de casa, duas mães e uma tia são agricultoras e a outra mãe é aposentada. A maioria tem apenas um familiar que frequenta a instituição, com exceção de uma mãe que tem três filhos frequentando a instituição.

- **Coleta dos dados**

Os dados foram coletados na própria instituição pela pesquisadora. Os questionários da psicóloga e das professoras (APÊNDICES A e B) foram entregues e recolhidos posteriormente devido a falta de tempo das profissionais responderem o questionário durante o expediente, onde já tinham outras atividades a serem realizadas.

Quanto aos questionários das mães/responsáveis (APÊNDICE C) foram preenchidos conforme a disponibilidade para participar da pesquisa no momento em que estes esperavam seus familiares desenvolverem as atividades na instituição.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

- **A educação inclusiva na percepção dos sujeitos pesquisados**

Quando perguntada sobre a percepção da pessoa com deficiência, a psicóloga não respondeu diretamente à pergunta solicitada. Sua resposta foi direcionada para as atividades da instituição (forma de seleção/triagem dos pacientes). Isso demonstra certo tabu ao lidar com a questão da percepção da pessoa deficiente, mesmo que este seja seu trabalho e um tema com o qual ela lida todos os dias.

Quanto à questão referente ao trabalho direcionado à inclusão, a psicóloga afirmou que tem como finalidade trabalhar as potencialidades dos pacientes de forma que possam ser incluídos, não se mantendo apenas na APAE. Ela citou que o trabalho acontece no sentido de elevar a autoestima através dos atendimentos individuais e em grupo. Essa ideia apresentada demonstra um dos pilares da própria instituição que é o incentivo à inclusão social e a valorização da pessoa com deficiência.

Quando perguntada sobre a crença na possibilidade de inclusão das pessoas com deficiência, a psicóloga disse acreditar na possibilidade de inclusão caso exista suporte adequado. Além disso, ela enfatizou o preconceito da sociedade. Ou seja, mais uma vez, a psicóloga demonstrou certo receio ao afirmar algo relacionado às pessoas com deficiência, parecendo acreditar mais no ajustamento da pessoa às regras sociais do que no acolhimento das demais pessoas junto aos “deficientes”.

Quanto ao trabalho de construção da autonomia, valores, liberdade e responsabilidade, a psicóloga não respondeu a questão com clareza. Ela disse que o trabalho é feito nos atendimentos individuais e grupais, através de dinâmicas, palestras e parceria com a família. Isso demonstra a preocupação com esses aspectos, apesar do fato de não ter citado exemplos desses avanços quando perguntada na questão posterior a respeito dos avanços percebidos, onde citou apenas que esses avanços são percebidos no trabalho interdisciplinar em parceria com a família.

De acordo com as respostas dadas pela psicóloga, podemos considerar que esta desenvolve seu trabalho na instituição realizando diversas atividades, com um número elevado de pacientes, o que indica uma sobrecarga e dificulta um acompanhamento mais próximo. De acordo com a Logoterapia é fundamental que haja um encontro profundamente humano, capaz de estabelecer um contato espiritual entre educador e educando antes de qualquer método pedagógico. O que se percebe é que há um excesso de preocupação com questões de ordem educativo-prática, deixando para segundo plano a busca por um olhar mais compreensivo e um encontro mais profundo com os pacientes e familiares. Dessa forma, a psicóloga poderia valorizar ainda mais o diálogo e a busca pelo sentido existencial como afirma Frankl, tendo em vista a visão de cada pessoa como ser consciente, livre e responsável, apesar de suas limitações. Como lembra Frankl, a responsabilidade humana é sua essência e não pode ser eliminada totalmente por nenhum destino biológico, psicológico ou sociológico.

A percepção que as professoras pesquisadas têm dos/as alunos/as é de que estes são pessoas com potencialidades e dispostos a aprender. Conforme demonstraram em suas respostas:

PROFESSORA 1: “Cada um tem potencialidades que precisam ser trabalhadas (apoio pedagógico).”

PROFESSORA 2: “São pessoas de desejos, pensamentos e potencialidades próprios. A maioria sonha com o futuro e todos precisam de educação de qualidade que os valorize.”

PROFESSORA 3: “São pessoas cheias de vida, dispostas a novos horizontes, com força de vontade para aprender e ser feliz.”

Como aspectos positivos, as professoras citaram avanços relacionados a aprendizagem, cognição e autonomia:

PROFESSORA 5: *“Percepção de avanços em relação a aprendizagem.”*

PROFESSORA 1: *“Avanços dos alunos ligados a cognição, interação e autonomia.”*

PROFESSORA 2: *“Desenvolvimento e avanço cognitivo, relacional e pessoal (melhoria da autoestima e autonomia).”*

Quando perguntadas quanto aos aspectos negativos dos alunos, as professoras não entenderam a pergunta ou preferiram não respondê-la diretamente. Nesse caso, elas destacaram a falta de oportunidades e de materiais apropriados, não citando os aspectos negativos nem defeitos ou dificuldades dos alunos.

Com relação a avanços na autonomia, as professoras comentaram apenas aspectos ligados ao desenvolvimento das atividades escolares. Como afirmou a professora 2:

PROFESSORA 2: *“Os alunos conseguem fazer atividades sozinhos ou com pouca ajuda.”*

Quanto aos avanços nos valores, as professoras afirmaram existir avanços, mas não deram exemplos. Apenas uma destacou o respeito, amor, solidariedade e união que os alunos buscam na convivência.

PROFESSORA 3: *“Respeito, amor, solidariedade e união que buscam na convivência.”*

Em relação à responsabilidade, as professoras relacionaram apenas aos avanços ligados ao cotidiano escolar como a responsabilidade com os objetos pessoais e o compromisso de participar das atividades e justificar as faltas.

PROFESSORA 2: *“Percepção do que devem ou não fazer e das consequências. E responsabilidade com objetos pessoais e colegas que precisam de ajuda.”*

PROFESSORA 4: *“Cuidado com material escolar e justificativa em caso de faltas.”*

Quanto aos avanços na liberdade, uma professora citou a liberdade de expressar os sentimentos e outra falou sobre as limitações impostas pela família, as outras não comentaram nada a respeito.

Entre outros aspectos de avanços, as professoras citaram a aprendizagem de novos conceitos e saberes por parte dos alunos, não citando exemplos reais desses aprendizados.

Já em relação às expectativas quanto ao futuro dos/as alunos/as, as professoras apresentaram o desejo do respeito e felicidade dos alunos, além do direito à cidadania, onde destacaram o papel das políticas públicas para que estes sejam vistos além da condição de deficiência, com direitos e deveres. No entanto não mencionaram aspectos do desenvolvimento dos a/as aluno/as, citando apenas questões externas de ordem político-sociais. Percebemos que a crença na capacidade das pessoas com deficiência é condicionada a fatores diversos, deixando pouco claro o que realmente esperam das pessoas que por elas são educadas.

Por fim, quanto à ideia das professoras relacionadas à possibilidade de inclusão, elas consideram possível a inclusão futuramente, mas destacam a necessidade de mudanças na sociedade para que elas se concretizem. Mais uma vez destaca-se a percepção de ser humano condicionado pelo meio, dependente diretamente das condições materiais e sociais, dessa forma não é mencionada a condição humana e a dimensão espiritual proposta pela Logoterapia como mais importante. Dessa forma os educadores devem incentivar o processo educativo, apelando para as possibilidades transcendentais de cada aluno, sem perder o foco da dimensão de consciência ética e oportunizando que cada aluno assuma sua essência humana através de realizações criativas e valorativas.

Quando perguntamos às mães/responsáveis quanto aos motivos para seus/suas filhos/as frequentarem a APAE, quatro delas falaram sobre a necessidade de frequentar a escola da APAE e os atendimentos clínicos e as demais falaram sobre a necessidade apenas de atendimentos clínicos.

Quanto à frequência em outra instituição, quatro responsáveis falaram que os familiares nunca frequentaram outra instituição. E os outros três falaram sobre a

frequência dos filhos na escola regular, onde os mesmos estão matriculados ou pretendem se matricular.

As idades dos pacientes entre os pesquisados variaram entre um ano e cinco meses a trinta e quatro anos. Quanto ao tempo que frequentam a instituição, os dados também foram bem diversificados, o que demonstra mais uma vez a diversificação dos usuários da instituição e da amostra considerada na pesquisa. Nesse caso, os pacientes frequentam a instituição desde recém-nascidos ou então foram transferidos do ICAE (outra instituição que lida com esse segmento da população). Isso demonstra que o acompanhamento pode ser considerado duradouro para os pacientes que participaram da pesquisa.

Quanto à percepção que têm dos filhos, as mães pesquisadas em geral ofereceram respostas positivas, ao afirmar que seus filhos são ativos, alegres, compreensivos e legais. Apenas uma mãe destacou características negativas afirmando que seus filhos “são infantis” e dependentes.

Entre os avanços percebidos, a maioria das mães apontaram avanços principalmente ligados ao desenvolvimento físico e comportamental dos filhos. Porém duas mães disseram não perceber avanço nenhum no desenvolvimento dos seus filhos. Uma delas afirmou que o filho é muito dependente dela e a outra disse que os filhos “não sabem fazer nada sozinhos”.

As expectativas citadas por três mães estão relacionadas à inclusão dos filhos, a partir do seu desejo de que os filhos estudem e trabalhem. Outras duas mães citaram o desejo dos filhos casarem e constituírem suas famílias. A tia pesquisada apresentou o desejo pontual de melhoria da convivência entre o sobrinho e o irmão dele, ou seja, não demonstrou grandes expectativas. E a outra mãe afirmou nunca ter imaginado o futuro dos filhos, ou seja, não apresentou expectativa nenhuma em relação a estes.

Por fim, quanto à crença na possibilidade de inclusão da pessoa deficiente, quatro mães se mostraram otimistas quanto ao futuro dos filhos por conhecerem outros exemplos de pessoas que foram incluídas na concepção delas pelo fato de trabalhar e/ou estudar. Já as outras três mães se mostraram pessimistas quanto à inclusão, usando como justificativa para isso a falta de valorização da pessoa deficiente, a falta de confiança no filho e a extrema dependência desses.

De acordo com as respostas das mães/responsáveis podemos perceber o sentimento de vazio existencial que corresponde à ausência de sentido presente em algumas respostas. O desânimo, a falta de esperança e a dificuldade em pensar o futuro podem ser considerados “sintomas” desse sentimento. Sendo assim, a Logoterapia, por ser uma teoria otimista e humanizadora, pode contribuir para o aperfeiçoamento da consciência em relação ao sentido de cada situação vivenciada, o que pode favorecer ainda mais a confiança nas possibilidades e expectativas tanto das professoras quanto das mães/responsáveis em relação ao desenvolvimento futuro da pessoa com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a construção da inclusão, sobretudo a educação inclusiva, envolve superar desafios que vão desde a organização dos sistemas de ensino, passando pela escola e pela família, garantindo condições individuais, familiares e escolares de qualidade que favoreçam a formação de pessoas que poderão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Longe de esgotar as discussões sobre o tema, o presente artigo refletiu a educação inclusiva na percepção de pais, professores e da psicóloga da APAE – Campina Grande, PB. Buscou-se compreender a ideia de ser humano que perpassa a educação de alunos especiais no sentido de favorecer não só o desenvolvimento e potencialidades dos mesmos, mas uma educação com sentido que desperte para a autonomia, a liberdade e a responsabilidade a partir da construção de valores que preparem para a vida.

Como resultado da pesquisa, percebeu-se que, no processo de inclusão, a pessoa com necessidades especiais ainda é tratada com tabu mesmo por profissionais que lidam diretamente com essas pessoas. Além disso, os principais avanços percebidos, inclusive pela família, restringem-se aos aspectos físicos e comportamentais, visto que esses aspectos servem de base para que exista mais autonomia, liberdade e confiança nessas pessoas, em relação a cuidados pessoais, com objetos, disciplina, diminuindo, portanto o grau de dependência dos familiares.

Nota-se que na perspectiva dos sujeitos pesquisados a educação para a inclusão é possível, mas não é real uma vez que a crença na pessoa ainda está muito ligada ao que ela é capaz de fazer e não de ser. Para alguns, faltam condições de trabalho, materiais pedagógicos, etc, para outros, são os próprios filhos ou alunos que não têm condições de desenvolvimento por isso nada esperam em relação ao futuro dos mesmos. Também podemos pontuar os depoimentos das professoras que ressaltaram pontos positivos dos seu/suas alunos/as, evitando apontar características negativas.

Assim podemos dizer que há ainda dúvidas quanto às possibilidades de autonomia, responsabilidade, liberdade, pois tais conceitos são compreendidos como ações externas e não condições humanas internas ao indivíduo. Nesse sentido verifica-se que a inclusão será possível quando pudermos entender o humano não como resultado de condicionamentos, mas de uma dimensão espiritual, sendo esta a dimensão especificamente humana.

A educação pensada por Frankl é uma educação que liberte o ser humano dos condicionamentos de seu passado, concebendo o homem como um ser finito pelo tempo e limitado pela vida, porém infinito se tornar reais as possibilidades presentes.

Portanto, sugere-se, baseada na proposta de educação da Logoterapia e Análise Existencial, que a educação inclusiva deve ajudar os indivíduos a desenvolver ao máximo seus talentos, respeitando suas limitações e fortalecendo seu autoconceito, sua consciência e sua sensibilidade.

ABSTRACT

Abstract In order to reflect the process of inclusive education for people with disabilities, a qualitative survey was conducted in APAE Campina Grande, PB. To develop the proposed study, questionnaires to a psychologist that institution, five teachers and seven families (mothers and / or caregivers) were applied. The research was based theoretical concepts of Logotherapy and Existential Analysis as freedom, responsibility and autonomy of persons with disabilities, beyond belief as the possibility of inclusion and expectations that professionals and parents regarding students / children and sons/ daughters. Based on the obtained results it can be seen that the perception and expectations of the subjects studied are generally positive, although they may be identified disbelief and hopelessness in some statements, regarding inclusion and the future of people with disabilities.

KEYWORDS: Inclusion. Education. Logotherapy.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Thiago Antonio Avellar. **Logoterapia e análise existencial**: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Legislação Federal**. Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

CALEFFE, Luís Gonzaga; MOREIRA, Herivelto: **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Ed. Lamparina, 2ª. Ed., Rio de Janeiro, 2008.

DAMÁSIO, Bruno F.; SILVA, Joilson P. da; AQUINO, Thiago A. Avellar de. **Logoterapia e educação**: fundamentos e prática. Thiago A. Avellar de Aquino, Bruno F. Damásio, Joilson P. da Silva (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2010.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: **Ensaios Pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FABRY, Joseph B. **A Busca do significado**. São Paulo: Ed. ECE, 1984.

FERNANDES, Almir. **Administração Inteligente**. São Paulo, Futura, 2001.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. – 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea).

FRANKL, V Emil. **A presença ignorada de Deus**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **A psicoterapia na prática**. São Paulo: Papyrus Editora, 1991.

_____. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. São Leopoldo: Editora Sindoval, 1996.

_____. **Psicoterapia e sentido da vida**. São Paulo: Editora Quadrante, 1973.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean- Robert. **Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. – 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea).

LUKAS, Elisabeth. **Mentalização e saúde**: a arte de viver a logoterapia. Tradução Helga Hinkenickel Reinold. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

_____. **Prevenção Psicológica**. A prevenção de crises e a proteção do mundo interior do ponto de vista da Logoterapia. (Coleção Logoterapia.) Tradução Carlos Almeida Pereira. Petrópolis São Leopoldo: Vozes. Sinodal, 1992.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: **Ensaio Pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUES, Elaine Wainberg. Logoterapia: pressupostos básicos e aplicações psicopedagógicas. In: LA ROSA, Jorge de. **Psicologia e Educação**: o significado de aprender. 6. ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SOUZA, Paulo Renato. Apresentação. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO: PSICOLOGIA

QUESTIONÁRIO PARA PSICÓLOGA

Cara psicóloga, o presente questionário faz parte de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia. A mesma tem como objetivo estudar a inclusão de pessoas com deficiência.

Sua participação é importante e necessária. Portanto pedimos que responda às questões que seguem, de forma espontânea, pessoal e verdadeira.

Em momento algum queremos avaliar seus conhecimentos e suas capacidades, todavia é de grande relevância sua opinião sobre esta questão.

Lembramos que este questionário é anônimo e que não existem respostas erradas.

IDENTIFICAÇÃO:

Sexo: () Feminino () Masculino. Idade: _____

Formação:

- Graduação: () Sim () Não. Em que? _____
- Pós-graduação: () Sim () Não. Em que? _____
- Outra? () Qual? _____
- Tempo de experiência com crianças especiais: _____
- Tempo na APAE: _____

QUESTÕES:

1. Função/atribuições na instituição:

2. Como é o seu trabalho na instituição?

3. Quantos pacientes você acompanha?

4. Como você percebe a pessoa com deficiência?

5. Como é o trabalho relacionado à inclusão?

6. Você considera possível a inclusão da pessoa com deficiência? Por quê?

7. De que forma é trabalhada a construção da autonomia, valores, liberdade e responsabilidade dos pacientes e alunos/as?

8. Você percebe avanços no desenvolvimento destes aspectos (autonomia, valores, responsabilidade e liberdade)? Quais? (Atendimento).

Obrigada pela participação!

Cristiane Brasilino Soares Barros.

APÊNDICE B



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO: PSICOLOGIA

QUESTIONÁRIO PARA AS/OS PROFESSORAS/ES

Caro/a professor/a, o presente questionário faz parte de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia. A mesma tem como objetivo estudar a inclusão de pessoas com deficiência.

Sua participação é importante e necessária. Portanto pedimos que responda às questões que seguem, de forma espontânea, pessoal e verdadeira.

Em momento algum queremos avaliar seus conhecimentos e suas capacidades, todavia é de grande relevância sua opinião sobre esta questão.

Lembramos que este questionário é anônimo e que não existem respostas erradas.

IDENTIFICAÇÃO:

Sexo: () Feminino () Masculino. Idade: _____

Formação:

- Graduação: () Sim () Não. Em que? _____
- Pós-graduação: () Sim () Não. Em que? _____
- Outra? () Qual? _____

Tempo de experiência profissional: _____

Tempo de atuação nessa instituição: _____

Há quanto tempo é professora desta turma? _____

Qual a percepção que você tem dos seus alunos/as?

APÊNDICE C



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO: PSICOLOGIA

QUESTIONÁRIO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

Caro pai, mãe ou responsável, o presente questionário faz parte de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia. A mesma tem como objetivo estudar a inclusão de pessoas com deficiência.

Sua participação é importante e necessária. Portanto pedimos que responda às questões que seguem, de forma espontânea, pessoal e verdadeira.

Em momento algum queremos avaliar seus conhecimentos e suas capacidades, todavia é de grande relevância sua opinião sobre esta questão.

Lembramos que este questionário é anônimo e que não existem respostas erradas.

IDENTIFICAÇÃO:

Mãe: () _____ Idade: _____ Profissão: _____

Pai: () _____ Idade: _____ Profissão: _____

Outro parentesco: () Qual? _____

QUESTÕES:

1. Quantos filhos você tem na instituição?

2. Por que seu/sua filho/a frequenta a APAE? (Motivo).

3. Ele/a frequenta outra instituição?

4. Qual a idade dele/a? Há quanto tempo ele/ela frequenta a APAE?

5. Qual a percepção que você tem do/a seu/sua filho/a?

6. Você percebe avanços no desenvolvimento do/a seu/sua filho/a em relação a autonomia (independência), valores, responsabilidade e liberdade? Cite alguns:

7. O que você espera em relação ao/a seu/sua filho/a futuramente? (Expectativas).

8. Você considera possível a inclusão da pessoa com deficiência? Por quê?

Obrigada pela participação!

Cristiane Brasilino Soares Barros.